

NovAmosanta pede ‘choque de ordem’ em Itaipava

Emanuelle Loli - estagiária

Com o intuito de buscar melhorias em Itaipava, a NovAmosanta, entidade civil que atua em defesa dos interesses dos distritos de Petrópolis, pede um “choque de ordem” em Itaipava, que se caracteriza por um conjunto de ações, visando resolver diversos problemas do terceiro distrito. Dentre elas estão: fiscalização preventiva para não haver incêndios em postes de eletricidade, fiscalização de áreas irregulares que são utilizadas para fins comerciais, e reduzir a questão da superlotação de ônibus.

“O conjunto dessas ações a gente resolveu chamar de choque de ordem. Isso tem sido visto em algumas outras prefeituras que tomaram posse e a gente também espera que esse choque de ordem chegue a Itaipava, e nos distritos”, disse Carlos Eduardo, presidente da NovAmosanta.

Postes

Neste ano houve dois casos de incêndio em postes na mesma região de Itaipava, com um intervalo de três meses. Com isso, se acendeu um alerta sobre a questão do controle e fiscalização das empresas responsáveis para que seja evitado esse tipo de situação.

“Essa questão dos postes reflete um pouco a desordem e a falta de fiscalização. Tem a questão da concessionária além das outras empresas que trabalham livremente colocando mais fios,

mais cabos, gerando uma concentração gigantesca de fios, correndo risco de pegar fogo”, disse Carlos Eduardo.

Em resposta, a Enel informou que realiza periodicamente ações de fiscalização dos cabos de telecomunicações que compartilham os postes com a concessionária de energia. A empresa identifica a fiação irregular, notifica as operadoras responsáveis e concede o prazo para a regularização. Passado o prazo, cabos em situação de risco podem ser removidos dos postes da Enel, assim como a fiação com propriedade não identificada. Nos casos em que há irregularidades técnicas de empresas ou fios emaranhados de empresas parceiras, a Enel não tem permissão para remover.

A Enel Rio ressalta que a concessão de distribuição de energia no país é federal, e regulada pela Aneel. De acordo com a resolução conjunta das agências Aneel e Anatel, as empresas de telecomunicações são responsáveis pela manutenção e regularização da sua fiação.

Ônibus

Uma das preocupações da entidade é em relação ao transporte urbano, em especial o 700, a linha que liga o Centro da cidade ao terceiro distrito. Superlotação nos horários de pico, dificuldade no embarque dos passageiros e falta de viagens são algumas das situações vividas diariamente.



DOIS postes pegaram fogo na mesma região em um intervalo de três meses

“Em momentos em que as pessoas que trabalham aqui nos distritos, elas se deslocam de manhã cedo, por volta de 7h e também no final da tarde. Então é nesse momento que os ônibus passam superlotados e as pessoas e idosos têm uma imensa dificuldade de conseguir entrar no ônibus”, disse Carlos Eduardo.

Em resposta A Turp Transporte informa que, desde o último sábado (24), a linha 700 – Terminal Itaipava está operando com novos horários, em todos os dias da semana. Com o aumento na quantidade de ônibus e ajustes na frequência das viagens, a empresa vem oferecendo mais eficiência e regularidade no atendimento.

Somente no último sábado (24), o reforço na operação resultou em uma melhora de 14% no cumprimento das partidas programadas, se comparado com o sábado anterior. A frequência média, que antes era de uma viagem a cada 17 minutos, agora é de uma viagem a cada 11 minutos, garantindo mais agilidade.

No domingo (25), com a reprogramação das partidas, houve a redução entre os intervalos de viagens, que passou de 17 minutos, em média, para 15 minutos. Ao longo do dia, a alteração resultou no cumprimento de 99,6% das partidas previstas para o dia.

Nos dias úteis, desde segunda-feira (26), a frequência de via-

gens, que antes era, em média, a cada 10 minutos nos horários de pico, diminuiu para oito minutos, com a inserção de mais ônibus na linha. Durante a tarde, o horário de pico passou de 10 minutos para nove e, no entropico, de 13 para 12 minutos, resultando também em uma melhora de 14% no cumprimento das viagens.

A Turp Transporte destaca que, todos os ônibus que operam a linha 700 – Terminal Itaipava são do tipo alongado, elevando em até 19% a capacidade de atendimento de passageiros. A empresa ressalta que percorre trajetos extensos, totalizando, na linha mencionada, 39,8 quilômetros, se considerada uma única viagem completa, de ida e volta.

Diante deste fator, a possibilidade de atrasos e até perdas de viagens na operação são inevitáveis, devido aos inúmeros engarrafamentos nas áreas de atendimento, como nas regiões do Retiro, Corrêas, Bonsucesso e vários pontos de Itaipava, fato este constatado diariamente por qualquer motorista e morador de Petrópolis.

Por fim, a Turp Transporte destaca que possui uma das mais novas frotas de ônibus que operam na cidade, com idade média de vida útil de apenas cinco anos e meio, resultado de constantes investimentos em renovação e aquisição de ônibus zero quilômetro. Somente entre 2021 e 2024, a Turp Transporte investiu R\$ 46.721.150,57 na compra de ônibus novos.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 29/05/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 21/2025
(Publicado em 21/05/2025)

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de acordo com o Processo Adm. Nº 543/2025 e conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública, no dia 30 de maio de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre “a discussão e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”. Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 20 de maio de 2025.
Júnior Coruja
Presidente
Wesley Barreto
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

EDITAL DIV. Nº 23/2025
(Publicado em 22/05/2025)

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Finanças e Orçamento, no intuito de ampliar a participação popular e promover a transparência na gestão fiscal e, de acordo com o Processo ADM. Nº 567/2025, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública para a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Primeiro Quadrimestre de 2025, pelo Poder Executivo, conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, no dia 30 de maio de 2025, às 13:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000. Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 21 de maio de 2025.
Júnior Coruja
Presidente
Tiago Leite
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

ATA DA 51ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e quarenta e um minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes discursos: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPE-DIENTE:** GP Veto nº: 305/2025 CMP (5857/2025); Projeto de Lei nº: 5659/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 5841/2025 io Vereador Thiago Damaceno; Emenda Modificativa nº: 5865/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Requerimento de Informação nº: 5851/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Requerimento de Informação nº: 5866/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação Legislativa nº: 5855/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 5868, 5869, 5870 e 5875/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 2872,

5796, 5811 a 5818, 5842 e 5874/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 5843, 5847 a 5849, 5858, 5871 a 5873, 5876, 5877 e 5878/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 5828, 5827 e 5830/2025 de Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 5834/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 5824 e 5829/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 5823/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 5835 e 5850/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação i: 5863/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 3577, 5839, 5846, 5882 a 5884, 5859, 5861 e 5862/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente a Vereadora Júlia Casamasso solicitou a inversão de pauta e com a anuência dos demais Vereadores passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1905/2025 de Vereador Dr. Aloísio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2475/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 3896/2024 da Vereadora Gilda Beatriz, o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 3897/2024 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 3620/2024 do Vereador Hingo Hammes; o Projeto foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Gil Magno, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 0552, 0554, 0865, 0866, 0868, 1616, 1617, 1618, 2569, 2793, 2794, 2796, 3112, 3118, 3124, 3580, 3581, 3582, 3876, 3887, 3888, 4786, 4787, 4850, 5016, 5452 e 5453/2025; As Indicações foram aprovadas com 11 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Terminada a **ORDEM DO DIA** o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) DUDU, UNIÃO BRASIL** - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Subiu à tribuna naquele dia para abordar um tema que não poderia deixar de ser comentado. Vinha acompanhando de perto o esforço do prefeito Hingo Hammes e de toda a sua equipe. Ressaltou que essa é uma missão árdua, confiada pelo povo, e que exige muito desta Casa Legislativa. Segundo ele, o governo precisa de respeito, união e apoio institucional, especialmente agora, que se aproximam os seis primeiros meses de gestão. Lembrou que o papel do Legislativo é discutir políticas públicas e fiscalizar o

Executivo, afirmando que nenhum vereador está ali para brincar ou agir com omissão. Defendeu que é preciso fazer política com responsabilidade e dar tempo para que os acertos do governo, voltados para beneficiar a população na ponta, aconteçam. Reconheceu que o governo pode, sim, estar falhando em alguns pontos, o que considerou natural e humano. Reforçou que o papel da Câmara também é ajudar a corrigir essas falhas e criticou a criação de uma política paralela fora do parlamento que ameaça a atuação dos vereadores e acolhe discursos distorcidos. Como exemplo, mencionou a situação das unidades de urgência e emergência da saúde, onde a demanda tem sido intensa. Citou que, em alguns casos, há apenas um médico atendendo, pois outros profissionais precisaram acompanhar pacientes em ambulâncias para realização de exames ou atendimentos emergenciais. Ele mesmo buscou informações diretamente com os diretores das unidades ao ver denúncias circulando na internet. Destacou que há problemas causados pelo aumento de casos de gripe e traumas, com sobrecarga em unidades como o Nelson Saep e o Alto da Serra. Reforçou que essa realidade exige colaboração e não ataques, e que está ali, ao lado dos demais parlamentares, desde 2009, buscando sempre melhorar os serviços prestados à população. Também fez um apelo para que todos os vereadores assinem um ofício conjunto a ser encaminhado ao Bernardo Rossi, ao governador Cláudio Castro e ao prefeito Hingo Hammes, com o objetivo de solicitar a recuperação do ICMS para o município. Segundo ele, esse é um movimento político que precisa ser feito com união, acima de partidos ou ideologias, pois o maior compromisso deve ser com o povo e com a cidade. Além disso, defendeu a desburocratização do serviço público para facilitar a vida da população e incentivar o empreendedorismo. Disse que tem ouvido relatos de empresários desestimulados a investir na cidade por conta de entraves burocráticos envolvendo órgãos como Nepac, Instituto Cultural e Iphan. Ressaltou que, embora o patrimônio deva ser preservado, é necessário abrir espaço para mais diálogo e oportunidades de geração de emprego e renda. Mencionou as dificuldades enfrentadas pela cidade da Posse por falta de estrutura, mas comemorou avanços como a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Areal, município vizinho. Sugeriu que a Câmara busque mais diálogo com o Codim e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para fomentar políticas de geração de empregos. Crítico ainda a gestão anterior por falta de planejamento em relação à questão judicial do ICMS, mesmo havendo uma Secretaria de Planejamento e Orçamento e a contratação de escritório jurídico externo. Apontou que a Procuradoria do Município acabou assinando documentos mesmo com a causa judicial em curso, o que considera uma falha grave de gestão. Encerrou dizendo que é hora de união, independentemente de quem esteja no governo. Ressaltou que vê esforço no prefeito Hingo Hammes, a quem se referiu não apenas como prefeito, mas como ser humano e pai de família, que tem buscado alternativas mesmo diante das dificuldades. Agradeceu ainda ao governador Cláudio Castro pelas ações em benefício do município, não apenas ali, mas em diversas regiões do estado. Por fim, defendeu a valorização da Câmara Municipal, pediu respeito ao trabalho dos vereadores e sugeriu a retomada do projeto “Câmara nas Comunidades”, para aproximar ainda mais o parlamento da população. Reafirmou seu compromisso com o trabalho, com a fiscaliza-

ção e com o respeito à população, deixando claro que não teme críticas, mas exige respeito à instituição e ao mandato que exerce com dignidade há duas décadas. Agradeceu e despediu-se. **2) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou de um tema que vem sendo motivo de preocupação constante: a situação da saúde no município, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores da área. Segundo ela, têm chegado diversas denúncias, não apenas uma ou duas, de profissionais da saúde, como técnicos de enfermagem, muitos ainda atuando sob o regime RPA, que precariza ainda mais a relação de trabalho. O mais grave, segundo ela, é que esses profissionais estão sem receber seus salários e não têm previsão de pagamento. Reconheceu as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo município, inclusive mencionando que o orçamento aprovado para 2025 foi significativamente inferior ao de 2024. No entanto, defendeu que, mesmo em meio à crise, é fundamental garantir respeito, dignidade e transparência aos servidores públicos. Para ela, se o município não tem condições de efetuar os pagamentos, é necessário que isso seja comunicado de forma clara e objetiva aos trabalhadores, para que saibam quando e como irão receber. Destacou que é inaceitável que um profissional trabalhe o mês inteiro sem ter a garantia de seu salário. A situação, conforme relatou, não se limita à saúde. Citou problemas semelhantes na área da educação, especialmente com os profissionais envolvidos em projetos educacionais: Lembrou que a vereadora Professora Lívia abordou o tema e que houve uma reunião com a subsecretária, onde se obteve a informação de que os pagamentos estavam sendo regularizados, porém com valores abaixo dos combinados, já que o valor da hora-aula foi reduzido sem aviso prévio. Outro ponto levantado foi a dificuldade enfrentada pelos funcionários terceirizados da empresa Capital, que estariam solicitando seus contracheques sem sucesso. Considerou essa situação inaceitável e reforçou que o acesso ao contracheque e o pagamento em dia são direitos básicos. Ressaltou que esses problemas afetam diretamente a qualidade dos serviços prestados à população em áreas essenciais como saúde e educação. Sua cobrança visa exigir mais transparência, diálogo e responsabilidade da gestão municipal. Reconheceu os esforços da Câmara em discutir a recuperação do ICMS, mencionando a fala anterior do vereador Dudu sobre a necessidade de união nesse tema. No entanto, destacou que, enquanto essa situação não se resolve, é preciso buscar alternativas, como a criação de propostas para geração de receita, maior diálogo com a Procuradoria e uma análise mais aprofundada do orçamento. Concluiu afirmando que todos os parlamentares foram eleitos para enfrentar esses desafios e que o compromisso deve ser com os trabalhadores e com a população. Reforçou seu apelo para que os profissionais da saúde e das demais áreas essenciais tenham seus salários pagos em dia, acesso aos seus direitos e o respeito que merecem. Para ela, garantir o básico deve ser prioridade. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Compartilhou uma importante decisão judicial, que, segundo ela, traz esperança e a sensação de que a justiça caminha na direção correta. Na ocasião, leu a íntegra da decisão, que trata da desapropriação de um imóvel de grande relevância histórica e social para o município de Petrópo-

lis: “Cuida-se da desapropriação firmada pelo município de Petrópolis em face de Clarisse Pita e outro. Há nos autos documentação suficiente acerca da declaração de utilidade pública do imóvel objeto da pretensão expropriatória, inclusive com contexto histórico. Com efeito, não obstante a prudência de avaliação administrativa, como ponderado pelo Ministério Público, depreende-se o preenchimento dos requisitos para emissão de posse, a fim de que a destinação pública afeta ao bem tenha sua pronta execução. Observa-se dos autos que houve depósito do preço em razoável monta, bem como que há relevância pública na execução de projeto de interesse social no local. Por essas razões, na forma do artigo 15, §1º, do Decreto-Lei 3.365/1941; defiro a emissão de posse do expropriante. Expeça-se mandado de emissão. Notifique-se a parte ré para aceite ou impugnação. Em seguida, será examinada a nomeação de avaliador para fins de apuração exata do preço ou ratificação do saldo apurado em sede administrativa. Cumpra-se.” Destacou que essa decisão, datada de 22 de maio de 2025, refere-se a desapropriação do imóvel conhecido como “Casa da Morte”. Em sua fala, explicou que a Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil. De acordo com ela, esse local apenas uma mulher sobreviveu, Inês Etienne e por isso o imóvel tornou-se símbolo das violações de direitos humanos cometidas no período. Enfatizou que há um processo em andamento, do qual participa ativamente junto ao Ministério Público, com o objetivo de transformar o imóvel em um Centro de Memória e Justiça. Também informou que um projeto de lei nesse sentido tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que o depósito mencionado na decisão judicial foi um dos últimos atos do então prefeito Rubens Bomtempo, destacando o compromisso daquela gestão com os direitos humanos. Para ela, uma cidade ou país só pode avançar de fato quando se dispõe a reparar as injustiças do passado, sobretudo aquelas ligadas à tortura, à repressão e ao cerceamento dos direitos do povo. Encerrando sua fala, citou as palavras da historiadora Emília Viotti da Costa: “Um povo sem memória é um povo sem história. Um povo sem história está fadado a cometer no presente e no futuro os mesmos erros do passado.” Com isso, defendeu que Petrópolis avance na preservação da memória e na reparação histórica, especialmente em relação ao que representou a Casa da Morte. Mencionou que apresentará um projeto de lei na Câmara Municipal com o objetivo de proibir que nomes públicos da cidade recebam o nome de pessoas envolvidas em tortura, abuso ou violação dos direitos humanos. Para ela, essa é uma forma de reafirmar o compromisso com uma sociedade que respeita a dignidade humana e reconhece os erros do passado para que eles nunca mais se repitam. Agradeceu e despediu-se. **4) DR. ALOÍSIO, PP** - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou uma importante reunião realizada no plenário da Câmara Municipal, na qualidade de presidente da Comissão de Defesa da Saúde. O encontro contou com a participação de diversos setores da sociedade e representantes da Prefeitura, incluindo membros das Secretarias de Educação e Saúde, além de representantes da OAB. O objetivo foi debater uma situação preocupante relacionada ao aumento do número de apreensões de drogas no município. Segundo ele, durante uma reunião anterior com o comandante do 26º Batalhão de Polícia

Militar, coronel Guimarães, foram apresentados dados alarmantes. Comparando o período de maio de 2024 a maio de 2025, as apreensões de maconha aumentaram em 184%, as de crack em 166% e as de cocaína em 220%. Diante desses números, destacou a gravidade do cenário e lembrou que o vício em drogas não atinge apenas o usuário, mas impacta também seus familiares, amigos e todo o seu convívio social e profissional. Durante a reunião no plenário, houve importantes contribuições, inclusive de representantes do CAPS, que informaram que o município, atualmente, não enfrenta falta de atendimento para usuários de drogas. Parabenizou a Secretaria de Saúde pelo trabalho realizado e pelo suporte prestado a essas pessoas. Ao final do encontro, ficou definida a realização de uma audiência pública sobre o tema, marcada para o dia 26 de junho. Aproveitou o momento para convidar todos os parlamentares a participarem, reforçando a importância de debater o impacto das drogas na saúde pública, especialmente entre a juventude petropolitana. Em seguida, relatou sua recente viagem a Brasília, onde foi bem recebido por autoridades e parlamentares. Durante a visita, teve a oportunidade de se reunir com prefeitos, vereadores e secretários de saúde de diversos municípios e constatou que a crise financeira na área da saúde é um problema generalizado. No caso de Petrópolis, ele ressaltou que ainda há um valor significativo, cerca de R\$ 151 milhões disponível para incremento do MAC (Média e Alta Complexidade), o que poderia fortalecer o custeio da saúde no município. Agradeceu ao deputado Aureo Ribeiro, que se comprometeu a destinar emenda parlamentar para a cidade, e ao deputado Hugo Leal, que ouviu atentamente suas solicitações. Porém, destacou que o principal motivo de sua ida à capital federal foi o encontro com o deputado federal Dr. Luizinho, a quem considerava seu líder político e grande parceiro de Petrópolis. Segundo ele, o deputado Luizinho já destinou recursos para a construção da Clínica do Autismo, o Espaço Azul, um centro especializado com capacidade para atender entre 300 e 500 crianças. Ressaltou que o município já conta com instituições de excelência como o GAAPE e a APAE, mas que a nova clínica ampliará a oferta de atendimentos, uma vez que o número de diagnósticos de TEA (Transtorno do Espectro Autista) continua crescendo e há grande demanda por serviços especializados. Por fim, agradeceu ao deputado Luizinho pelo compromisso com a causa e pela parceria contínua com Petrópolis, especialmente durante os momentos críticos da pandemia, quando atuou com firmeza para ajudar o município. Finalizou destacando que, agora, o próximo passo será buscar, junto ao prefeito Hingo Hammes, a definição do terreno para a construção da nova clínica. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Dr. Aloísio solicitou que constasse em ata a falta da Vereadora Gilda Beatriz, pois a mesma encontra-se com a filha adoçada e também solicitou que justificasse a ausência do Vereador Wesley Barreto, pois este encontra-se em uma reunião na Alerj; Ato contínuo. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às deztoito horas declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins